

10 ANOS DO INSTITUTO BÚZIOS

Mídia Negra e Feminista: O número 100 do Boletim Eletrônico Nacional

Editorial – Agora em julho se completam 30 dias das históricas manifestações nas ruas das cidades brasileiras, em defesa da cidadania, da dignidade e pela afirmação de direitos. A concretização de diversas reivindicações que motivaram as mobilizações populares demonstram o êxito do movimento [Leia a matéria abaixo].

Nesse mesmo mês o nosso Boletim Eletrônico Nacional chega ao número 100, no ano de comemoração dos 10 Anos do Instituto Búzios.

Fundado em 10 de fevereiro de 2003, o Instituto Búzios – a denominação é uma homenagem à Conjuração Baiana de 12 de agosto de 1798, também denominada Conjuração dos Búzios - foi formado por ativistas que há décadas participavam intensamente de organizações populares e movimentos sociais no Estado da Bahia e das lutas pela democratização do Brasil. Mais recentemente, valorosos camaradas se incorporaram à instituição constituindo a secção do Rio de Janeiro e outros articulam nossa organização no Espírito Santo.

Nesse decênio o movimento negro obteve conquistas políticas institucionais importantes: Em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada a Lei 10.639, que obriga a inclusão da história e da cultura africana e afro-brasileira no sistema de ensino médio e fundamental; em 21 de março foi criada a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; em 20 de novembro foi regulamentado através do Decreto nº 4.887 o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nos anos seguintes registramos a relevância da criação do ProUni - Programa Universidade para Todos, pela MP nº 213/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, iniciativa de ações afirmativas que oportunizou a inserção de 203 mil alunos oriundos de escolas públicas, com direito a bolsas parciais ou integrais em universidades particulares.

A decepcionante aprovação em 23/06/2010 do Estatuto da Igualdade Racial, com seu projeto original totalmente esvaziado. O documento resultante é meramente autorizativo, sem qualquer iniciativa que efetivamente possa vir a alterar o quadro de desigualdades. O que poderia ser uma conquista histórica em favor de uma sociedade efetivamente democrática e pluralista transformou-se numa peça de retórica.

Em 25/04/2012, o STF julga constitucional a política de cotas. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou as universidades públicas brasileiras a adotar políticas de reserva de vagas para garantir o

acesso de negros ao ensino superior. O tribunal decidiu que as políticas de cotas raciais em instituições de ensino superior estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil. Os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido Democratas (DEM).

Nossas Ações

Coordenamos juntamente com intelectuais e lideranças negras, a elaboração e publicação em 2004 do documento "Políticas Públicas de Inclusão e Promoção da Igualdade Racial Para o Povo Negro da Cidade de Salvador". Primeiro documento programático amplamente representativo do movimento negro baiano.

Realizamos Ciclos de Interação Formativa de Lideranças Negras e Populares – INFORNEP, com abrangência estadual, que são emblemáticos da nossa política de formação, articulando dirigentes, intelectuais e ativistas; Simpósio "A Energia e Suas Fontes Alternativas" - 2003; Seminário Resistência Negra No Brasil, - 2003; Ciclo de debates "Salvador é uma cidade negra. Negro deve ser o poder político dessa cidade", - 2004; Colóquio Ministério da Saúde, Instituto Búzios & Terceiro Setor, - 2005; Seminário Quilombola Mulher Negra e Meio Ambiente – 2006; Projeto Brasil 3 Tempos, do NAE / INEP, "Pesquisa Sobre a Melhoria da Qualidade da Educação Básica No Brasil, 2006; "Fórum Mundial Social Temático da Bahia - Mesa: O Estatuto da Igualdade Racial: avanço e retrocesso - 2010; Assembléia Negra e Popular de Salvador – Ato e Audiência Pública em 2011; Seminário Extermínio da Juventude Negra e Racismo Ambiental no Fórum Social Temático, de Porto Alegre em 2012; Seminário Nacional do Movimento Social Negro na Rio+20; Ato Público: 25 Anos da Marcha da Farsa da Abolição em 1988, - 20 de maio de 2013.

Atos Públicos, Marchas, Vigílias, Declarações, Manifestos, e outras intervenções, pelos direitos das mulheres, contra o racismo e a devastação ambiental. Representações no Ministério Público em defesa de comunidades e da preservação de direitos.

Participamos ativamente de conferências e congressos, entre outros: Fórum Social Mundial; II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora – CIAD; assembleias do CONNEB - Congresso de Negras e Negros do Brasil; Cúpula dos Povos do Sul 2008; II Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental; Seminário Nacional do Movimento Negro: A Procura da Batida Perfeita. Campanhas e eventos a exemplo: Campanha "Na Fé e Na Raça", pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial da Bahia, 2005; Campanha Internacional Contra a transposição das águas do Rio São Francisco, 2006; Campanha Pela Vida - Contra o Obscurantismo, pelo direito à liberdade de pesquisa com células-tronco embrionárias, 2007; Campanha Contra A Homofobia, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 122/2006 – 2007; Campanha Pela Aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Cotas, 2007; Campanha Afirme-se! Pela Manutenção no STF das Políticas Afirmativas! Em 2010.

O INSTITUTO BÚZIOS participa da Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www.justicaambiental.org.br; Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; Fórum de Combate a Desigualdade Racial no Mercado de Trabalho: <http://fcdmrt.blogspot.com/>; Rede Manguemar Brasil: <http://www.redemanguemar.org.br/>; Coalizão SOS Abrolhos; Movimento Pró-Resex do Iguape; Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis: <http://rededecidades.ning.com/>; Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: <http://www.fndc.org.br/>; Fórum Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.

Na continuidade das ações do Instituto Búzios, seguiremos pugnando pela democratização do poder público em todas as esferas de atuação e governo e no combate a toda forma de discriminação racial e de gênero.

Brasil, 05 de julho de 2013